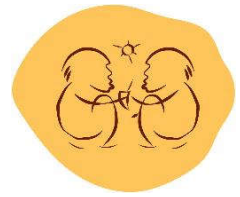


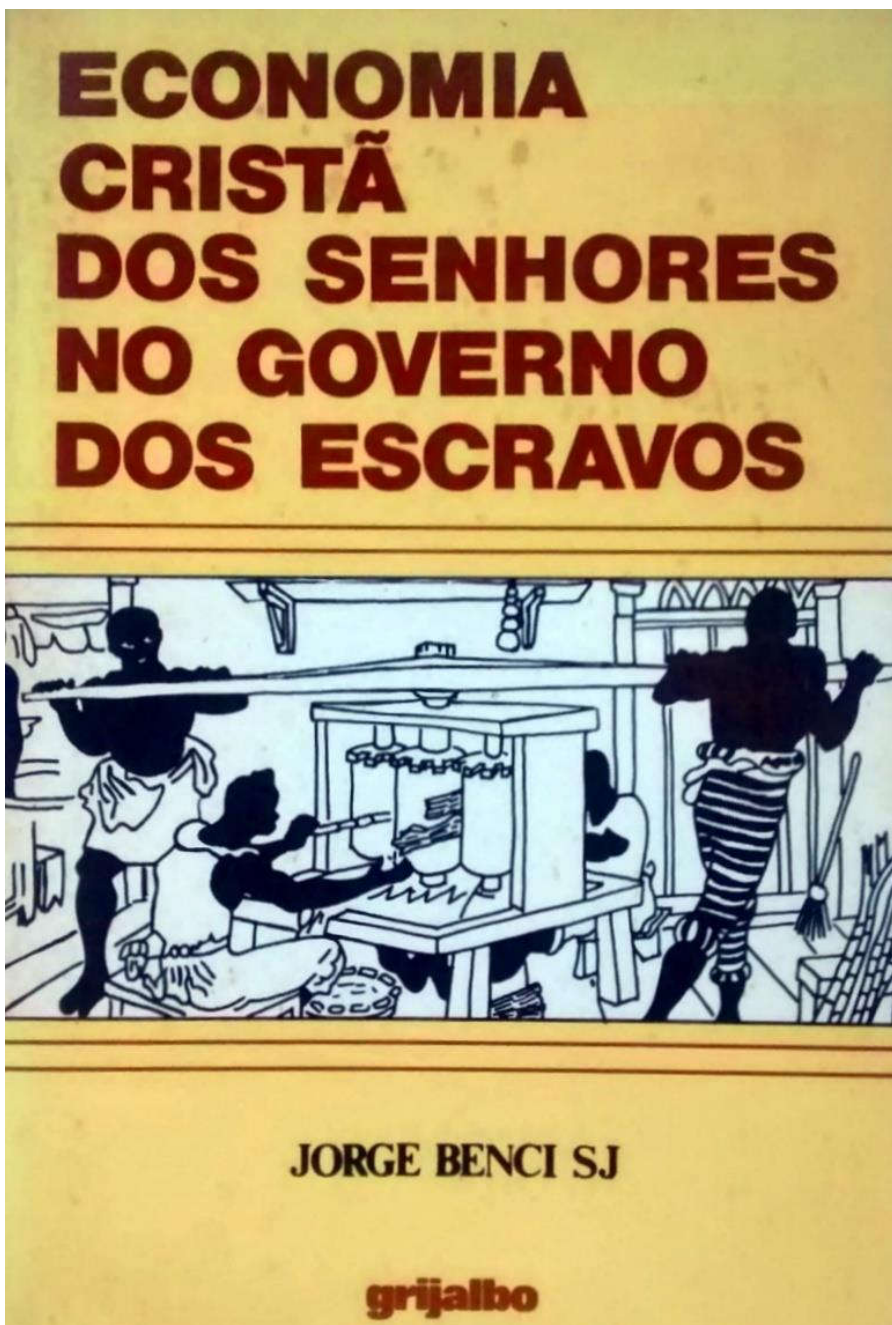
Estudo Preliminar

Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos, de Jorge Benci



Pedro de Alcântara Figueira¹

Claudinei M. M. Mendes



Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos (1700). São Paulo, SP: Editorial Grijalbo, 1977. 224 p.
Capa do Livro

¹ Doutor em História pela UNESP, campus de Assis. Professor aposentado da Universidade Federal de São Carlos-UFSCar.

Jorge Benci S. I.

INDICE

Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos

(Livro brasileiro de 1700)

Estudo Preliminar
de
Pedro de Alcântara Figueira
e
Claudinei M. M. Mendes

Editorial Grijalbo
1977

**ECONOMIA
CHRISTAÃ**

*Dos Senhores no Governo dos
Escravos.*

D E D U Z I D A

**Das palavras do Capitulo trinta e tres
do Ecclesiastico: *Panis, & disci-
plina, & opus servo:***

Reduzida a quatro Discursos Morais

Pelo Padre

JORGE BENCI DE ARIMINO

Da Companhia de JESU,

Missionario da Provincia do Brasil.

E offerecida à Alteza Real

DOS BRENISS. GRANDUQUE

DE TOSCANA

Pelo Padre

ANTONIO MARIA BONUCCI

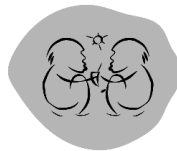
Da mesma Companhia.



**Em Roma, Na Officina de Antonio de
Rossi na Praça de Ceri. 1705. +**

Com licença dos Superiores.

I — FRONTISPÍCIO IMPRESSO (ROMA, 1705)



Gilberto Luiz Alves
INSTITUTO CULTURAL

www.icgilbertoluizalves.com.br/

ESTUDO PRELIMINAR: O ESCRAVISMO COLONIAL

As contribuições ao estudo das sociedades coloniais do Novo Mundo vêm crescendo significativamente nos últimos tempos. De todas as partes surgem análises, fundadas em ópticas diversas, procurando inovar a interpretação da história dos países americanos.

As mais recentes motivações para a pesquisa documental e científica não partiram daquelas correntes historiográficas para as quais eram suficientes alguns acréscimos estatísticos e certas inovações formais, sobretudo aquelas inspiradas no estruturalismo, mas que não iam muito além das já cristalizadas versões positivistas e ecléticas. O prestígio dessas interpretações não é mantido senão por nossas arcaicas instituições universitárias, arcaicas não tanto por suas idades mas pelo empenho em conservar afastadas das universidades as mais recentes conquistas da ciência social.

A sede de renovação está vinculada, direta ou indiretamente, às influências exercidas pela análise marxista da história moderna. Contudo, dentre os que invocam sua adesão a esta corrente de pensamento, há não somente aqueles que o fazem apressadamente e, por isso, manipulam canhestamente as categorias do materialismo histórico, mas também os que estão muito mais próximos das várias manifestações modernas do positivismo. Não são poucos os que tentaram mesclar categorias funcionalistas oriundas da sociologia weberiana com as categorias materialistas. As análises “marxistas” de nossa evolução histórica surgidas na década de trinta, e ainda merecedoras de

grande prestígio em muitos círculos intelectuais, não se inspiram senão em boas intenções políticas de cunho populista e nacionalista. O nacionalismo, guindado a esquema analítico de interpretação da história, serviu, e serve, de fundamento a praticamente todas as interpretações de grande aceitação nos nossos círculos intelectuais e políticos.

É preciso considerar, contudo, que o materialismo histórico tem sido ultimamente a referência obrigatória para os estudiosos da história, não obstante ter sido esta, dentre as ciências humanas, a última a permitir certa inclusão das categorias materialistas em seu aparato conceitual.

Em linhas gerais, a historiografia encontra-se, hoje, diante de um impasse. O ecletismo da corrente historiográfica francesa, triunfante do pobre positivismo de Langlois e Seignobos, mas em grande medida tributário de outros positivismos, já não consegue disfarçar as contradições em que se envolveu por se considerar tão solidamente estruturado que pudesse absorver todas as correntes historiográficas sem abandonar sua linha mestra.

Nascido da crise de 1929, o ecletismo francês apresentava-se como reação aos compêndios de *metodologia da história* que pregavam preceitos e regras de como se fazer uma história bem comportada. Este não era, porém, seu único objetivo e talvez não fosse o mais importante. Sua evolução veio demonstrar estar ele mais empenhado em encontrar caminhos alternativos para fazer frente à crescente influência da interpretação materialista da história. A adesão que recebeu por parte das novas gerações de historiadores vinculados às instituições universitárias em todo o mundo garantiu-lhe uma divulgação ímpar entre os pesquisadores sociais. Não consegue, entretanto, evitar seu declínio. Não fosse o poderoso aparato acadêmico atualmente existente nas Universidades e instituições culturais francesas, americanas e outras, a sua desintegração já ter-se-ia operado.

Não são por certo as categorias que esta e outras correntes historiográficas nem sequer chegaram a elaborar que podem, hoje, ser utilizadas para a pesquisa do período histórico, objeto de nosso atual interesse. O debate científico sobre a estrutura do antigo sistema colonial pouco ou nada deve a essa corrente historiográfica.

Com o presente trabalho pretendemos participar desse debate, trazendo alguns resultados de nossa pesquisa sobre as relações de produção dominantes nas colônias americanas, com especial referência ao desenvolvimento histórico brasileiro.

Da idéia inicial de fazer preceder esta reedição de *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos*, do padre jesuíta George Benci, de uma simples apresentação que lhe ressaltasse a importância para o estudo do escravismo colonial, surgiu e acabou prevalecendo estouta. A própria lógica do pensamento de Benci exigia considerações mais amplas sobre a verdadeira natureza das relações sociais de produção predominantes nas colônias. Ater-nos à idéia originária seria não somente perder excelente oportunidade de lançar novos elementos naquele debate, como correr o risco de não sermos suficientemente compreendidos em nossa intenção ao republicar esta verdadeira raridade bibliográfica, para cuja divulgação pouco contribuiu a edição feita no Porto em 1954.

Ampliando quatro sermões pronunciados em Salvador, o padre G. Benci escreveu *Economia Cristã* com o objetivo de estabelecer certas normas de conduta para os senhores no tratamento dos escravos. Fugindo ao simples arrolamento de regras ideais a serem cumpridas segundo a boa vontade dos senhores, Benci não só discute os fundamentos teológicos e filosóficos de suas proposições, como não oculta as dificuldades em se conseguir um relacionamento harmônico entre senhores e escravos. Longe de ser uma condenação do escravismo, o livro de Benci é, antes, a tentativa — hoje sabemos que frustrada — de regular

a relação senhor-escravo. Benci tinha os olhos postos na escravidão clássica pré-mercantil, da qual retirou um ideário que, divulgado entre os senhores de escravos brasileiros, poderia, pensava ele, alterar a condição infernal da vida do escravo no trabalho.

Benci compartilha do ideal de reforma da escravidão, frequentemente manifestado até mesmo pela Coroa portuguesa. Resta saber qual o alcance real do reformismo de que ele se fez um dos intérpretes mais conseqüentes, acreditando poderem os próprios senhores assumirem a iniciativa de introduzir reformas em suas relações com os escravos.

Por trás da impossibilidade de se reformar a sociedade escravista colonial estavam os agudos antagonismos de classe, cuja origem se encontrava em relações de produção baseadas na máxima exploração da força de trabalho. A intensidade da exploração do trabalho fazia-se em função da obtenção do máximo de sobretrabalho, que, convertido em grande volume de mercadorias baratas, deveria atender as exigências de um mercado voraz, o mercado capitalista.

Embora impraticáveis, as proposições conciliatórias de Benci têm imenso valor para a história. Resolvemos tomar a nosso cargo a empresa de desenredar as contradições em que se envolvia o autor de *Economia Cristã*, pois, não somente vislumbramos nelas uma manifestação dos antagonismos mais profundos da sociedade colonial, como consideramo-las o caminho mais seguro para desvendar-se sua verdadeira natureza.

A par do estudo de Benci, impunha-se a reavaliação de um conjunto de obras de alta significação para o entendimento do escravismo. Os escritos de Antonil e Azeredo Coutinho assumiram, neste contexto, um novo sentido, em tudo diferente daquele que tem sido destacado tradicionalmente.

As obras de Benci, Antonil e Azeredo Coutinho desvendaram-nos questões até agora obscuras desse longo período escravista, mostrando-nos, entre outras coisas, não passar de vulgar concepção da história aquela que estabelece divisões

arbitrárias e estanques para a nossa história, marcada toda ela pelo signo da mercadoria.

Ganham especial significado na elucidação do verdadeiro caráter da colonização moderna as idéias do bispo Azeredo Coutinho, de quem recolhemos a mais preciosa caracterização do fenômeno colonial. Apenas afluída nas obras de Antonil e Benci, a essência do sistema colonial é revelada por Azeredo Coutinho. Utilizando formulação análoga, em mais de um aspecto, ao conceito de divisão *internacional do trabalho*, o bispo de Elvas fornece-nos uma conceituação muito precisa de Metrópole e Colônia. É possível interpretar essas categorias — posteriormente reduzidas pela historiografia a expressões do mais vulgar senso comum —, sem nos distanciarmos das suas idéias, definindo-as como *espaços econômicos diferenciados pelo grau de exploração do trabalho ou pela magnitude do sobretrabalho extorquido ao trabalhador*, em função das exigências e necessidades do mercado mundial. Com base nesta definição, podemos entender não somente a distinção entre Metrópole e Colônia, mas também porque a colônia veio a ser o espaço sócio-econômico cuja especificidade consistia precisamente na produção pura e simples de valores de troca. Criavam-se, desta forma, nas colônias, relações sociais subordinadas imediatamente às necessidades de “fazer, conservar e aumentar” o capital, objetivo nem sempre atingido ou só parcialmente atingido, no espaço econômico metropolitano.

Partindo dessa exigência primordial, Azeredo Coutinho passa a explicar a razão não só do fato compulsivo do trabalho, mas também do caráter escravista dessa coerção. Embora o caráter compulsório fosse a porta aberta para a escravização do trabalhador e, em certo sentido são sinônimas, necessário se torna distinguir entre a coerção e o caráter da escravidão colonial. Por si mesmo o ato compulsório não explica este último aspecto. A primeira decorre do fato de ser inviável a obtenção de trabalhadores livres, nas condições específicas da colônia. A segunda advém do caráter capitalista da coerção.

Lançando mão do conceito de “supérfluo”, tal como aparece nas obras econômicas de Azeredo Coutinho, pudemos reavaliar Antonil, Benci e uma série de documentos que lhes são contemporâneos. Sob esta luz ficou evidenciada a categoria *excedente* como capaz de iluminar as múltiplas manifestações literárias coloniais e, através delas, o próprio sistema colonial.

Como resultado da análise dos autores mencionados, surgiu a possibilidade de interpretar o conceito de *excedente*, nas condições específicas da divisão do trabalho na sociedade colonial, como *mais-valia*. Dadas as condições específicas de obtenção do referido excedente, impunha-se trocar aquela categoria, por assim dizer pré-histórica, por outra que expressasse a verdadeira natureza mercantil da produção de riquezas nas colônias. O passo seguinte consistiu em identificar a sociedade escravista moderna com a organização social do trabalho voltada exclusivamente para a produção de valores de troca, ou seja, para a obtenção de *mais-valia*, que é o valor mais caro ao “mundo que o português criou nos trópicos”.

Assim, a obtenção do excedente, ou a maneira de extorquir do escravo um crescente sobretabalho constitui a questão essencial do escravismo. Sob as mais diversas formas ela aparece invariavelmente nos escritos da época colonial, tornando-se verdadeiramente a base sobre a qual se erguem as distintas visões a respeito da sociedade fundada no trabalho escravo.

A contradição fundada na obtenção de um máximo de sobretabalho (*mais-valia*) sem, contudo, provocar a morte prematura do escravo, propriedade do senhor e, portanto, parte do seu capital, permeia toda a produção literária do assim chamado período colonial. Preservar o capital, destruindo-o sob a forma de escravo, é a verdade paradoxal com que se defrontaram Benci, Vieira, Antonil, Loreto do Couto, Vilhena e Azeredo Coutinho.

A existência durante quatro séculos da escravidão demonstra que a prática dos senhores resolveu a contradição. A “ciência do senhor” subordinou a vida do trabalhador, como também todas as relações de classe, à produção ilimitada de mais-valia.

Enfocar a produção de mais-valia como fundamento da relação senhor-escravo implica considerar o sistema escravista — o sistema colonial — como função de determinado estágio de desenvolvimento do modo de produção capitalista. As várias colônias espalhadas por toda parte passam a formar, em meados do século XVII, um sistema, o sistema colonial pois as riquezas mercantis obtidas na pilhagem, no saque, na pirataria, na expropriação violenta de povos inteiros convergem para um objetivo primordial, o de produzir mercadorias para o mercado mundial. O novo modo de produzir riquezas subverte todas as relações anteriores.

Aplicados com grande sucesso em sua colônia americana os métodos de acumulação da burguesia portuguesa difundem-se vigorosamente em inúmeros territórios sob domínio da Espanha, França, Inglaterra e Holanda. A glória da nação portuguesa provocava inveja a todas as outras nações européias. O escravismo implantado no Brasil era a pedra mais valiosa engastada na coroa que cingia a cabeça do cristianíssimo rei de Portugal.

Não tem sido feita a necessária distinção na caracterização das fases do expansionismo mercantil das nações européias na época moderna. À primeira etapa, que se esgotou com as empresas de pilhagem no Oriente, sucedeu aquela que se pode, com rigor, denominar-se de *colonização moderna*. Entre ambas existem íntimas relações. Embora fortemente comprometido com as classes feudais, o capital que se centraliza nas mãos dos comerciantes, apêndice da nação, não se satisfaz com a obtenção fortuita de riquezas. O proveito que retira de todas as formas pré-capitalistas de produção pode garantir-lhe a existência, porém não pode perpetuá-la, pondo-a constantemente em risco.

Corporificado em instalações portuárias, estaleiros, escolas navais, armazéns, navios, empórios, fortificações para a defesa

do comércio, armamentos, soldados, um batalhão de funcionários voltados para a vigilância de mercadorias procedentes do mundo inteiro, o capital mercantil português busca formas permanentes de reprodução que lhe garantam a perpetuação. A colonização de novo tipo, a colonização moderna propriamente dita, surge dessa exigência do capital.

Nascido da desintegração parcial de relações feudais de produção, o capital mercantil português vegetaria à sua sombra não criasse ele próprias condições de reprodução. O tráfico e a escravização de negros africanos foram atividades mercantis rendosas durante mais de um século, antes mesmo de que se fizesse deles intensa utilização. Essa só se tornou viável quando do surgimento de circunstâncias favoráveis à plena exploração da força de trabalho em condições dificilmente conseguidas em território português, dadas as relações de propriedades existentes.

A ditosa aliança entre capital e escravidão tornou-se possível em escala sem precedentes — a escravidão de africanos no sul de Portugal estiolou-se em formas patriarcais — a partir do século XVI, quando vasto território, onde inexistiam classes, onde prevalecia apropriação coletiva dos meios de produção e uma divisão natural do trabalho em consequência do fraco desenvolvimento das forças produtivas, considerado, portanto, terra de ninguém, foi submetido a uma apropriação que refletia a inexistência de obstáculos semelhantes aos do território nacional português. Os métodos violentos, com muita propriedade denominados de “guerra justa”, utilizados contra os indígenas americanos para os expropriar, encontraria em Portugal a reação de todas as classes. No Novo Mundo, porém, os ídolos europeus tinham pés de barro.

As múltiplas relações advindas daquela aliança, as formas que tomaram no conjunto do desenvolvimento das relações capitalistas de produção, ainda estão à espera de pesquisas e estudos que se despojem de velhos preconceitos e assumam todas as consequências que a revelação científica da história implica.

Não é nosso intento apresentar solução acabada para problemas tão complexos. Também não é nosso objetivo fazer a história da evolução do capitalismo enquanto reconstituição documental. Embora esta seja, em última instância, a prova capaz de dirimir pontos essenciais do desenvolver histórico e servir de motivação infinita para descobrir novos meandros, articulações as mais variadas, complexas combinações da existência histórica dos homens, pensamos ser possível determinar as linhas gerais da evolução histórica de um sistema social sem recorrer diretamente aos documentos. As bases teóricas deste procedimento metodológico ainda não tiveram ampla divulgação entre os historiadores. Estes só a muito custo se desvencilham dos tradicionais processos de reconstituição histórica.

Cabe, por isso, aqui, tecer algumas considerações a este respeito. A primeira consiste na observação de que a ordem pela qual apreendemos o concreto histórico através de categorias abstratas não segue necessariamente a seqüência cronológica do aparecimento dos documentos. A segunda consiste em que, antes mesmo de travar conhecimento com determinada documentação de um período histórico, o cientista tem dele uma representação lógica que lhe é dada pelas várias sínteses que ao longo da história se vão elaborando. Entre esses dois níveis de representação do real — o lógico e o histórico — estabelecem-se relações necessárias que somente o cientista social, elaborando, ele próprio, uma síntese em condições superiores de apreensão de uma dada realidade já desenvolvida, pode captar integralmente.

Por maior que seja a seqüência de documentos onde apareça a relação entre o capital e a escravidão ao longo de cento e cinquenta anos, desde a metade do século XVI até final do século XVII, somente quando captamos o sentido mais amplo desta relação, disposta já em termos abstratos como “o cabedal” e o escravo, ou como uma unidade necessária e indissolúvel entre capital e trabalho, tal como se pode depreender da leitura

de *Cultura e Opulência*, é que estamos em condições de retirar do documento sua verdadeira significação.

As proposições gerais até agora expostas exigem um exame circunstanciado de suas implicações mais relevantes.

A primeira a se impor como ponto de partida de uma discussão a respeito da natureza do sistema colonial é que *a escravidão é a forma de ser colonial do modo de produção capitalista*.

A colônia é a esfera de ação direta e exclusiva do capital em suas várias fases de desenvolvimento. Quanto mais ele avança, em termos mundiais, no processo de expropriação e centralização de todos os meios de produção, transformando-os em capital, mais se acelera a conversão de todos os produtores em produtores de mais-valia. Nesta evolução a colônia tem, paradoxalmente, o primado, pois é nela onde o capital pode criar as condições ideais de reprodução. Nesta fase de desenvolvimento das relações capitalistas de produção a escravidão não é somente condição ideal, mas necessária do processo de acumulação e centralização. Em certa medida, o escravismo colonial, ou o sistema colonial, é a alavanca mais potente do novo modo de produção.

Consideramos os métodos de expropriação, de redução do produtor às modalidades várias da compulsão, inclusive a escravidão, como formas de *acumulação primitiva*. Neste sentido, há um único processo de acumulação originária que abrange as metrópoles e suas colônias. Ambos estes espaços econômicos são complementares entre si, não enquanto zonas naturais distintas, mas porque realizam formas distintas de acumulação. Não estamos, porém, excluindo o fato de que condições naturais de mais fácil acesso são mais propícias a uma maior acumulação. Pretendemos apenas sublinhar que o critério econômico da empresa colonial não é algo vago e etéreo, mas obedece aos ditames da acumulação capitalista.

Dessa discussão preliminar deduzimos que não poderia ser outra senão a via capitalista aquela que viria a prevalecer no processo de colonização dos territórios americanos. Somente

resistências sociais e políticas de grande envergadura, frequentemente convertidas em rebeliões nacionais, poderiam retardar o avanço capitalista. É bem verdade que em várias fases do seu desenvolvimento, o capitalismo funcionou como simples parasita das mais distintas formações sociais, indo desde a comunidade primitiva até formas patriarcais de escravidão, cuja destruição promoveu paulatinamente. Não é o caso, contudo, das colônias antilhanas e do Brasil, onde não só eram praticamente inexistentes as riquezas produzidas pelo trabalho anterior das populações autóctones como foram de fácil superação os obstáculos postos ao colonizador no processo de formação de um novo tipo de propriedade.

Criada, portanto, à imagem do capital, seria absurdo supor que a colonização viesse a reproduzir relações sociais contrárias ao seu desenvolvimento. No caso da colonização do território brasileiro, não encontramos outra explicação para o processo “frio e calculado” de *aproveitamento e valorização da terra*, senão aquele que coloque como objetivo primordial a mercantilização da riqueza produzida. Como a curta fase de recolha da riqueza facilmente acessível e disponível cessou logo, tratava-se, agora, de criar a riqueza, de tornar a propriedade do solo um meio para obtê-la. A centralização da propriedade fundiária, a *sesmaria*, agiu como barreira intransponível para o produtor independente que quisesse estabelecer-se no Brasil e aqui refazer seu mundo anterior. Seria igualmente absurdo pensar que o território brasileiro deveria permanecer como reserva para os excessos de população que se formassem em Portugal e aqui encontrassem livre acesso aos recursos naturais e à propriedade.

Do que foi dito ainda não se pode inferir a razão pela qual prevaleceu o trabalho escravo com exclusão absoluta de qualquer outra forma, incluindo a assalariada. O domínio do Estado, o poder de fabricar leis, de manipulá-las ao bel-prazer de uma classe, o uso legal e sancionado ideologicamente da violência, foram as premissas da colonização. Em certa medida foi o Estado que criou a colonização. Somente as leis que fez

prevalecer, contrariando as tendências econômicas, e porque não dizer, espontâneas da sociedade portuguesa, capacitaram uma única classe a imprimir um rumo diverso que, de outra forma, não teria forças suficientes para se tornarem hegemônicas na colônia.

Num aspecto, por sinal o mais importante, são unânimes todos os depoimentos escritos no momento em que a Coroa se dispõe a organizar as bases da colonização. Este aspecto não é outro senão a consciência de que a escravidão era uma necessidade imperiosa para *valorizar* as terras virgens da América. Não conhecemos nenhum escrito contemporâneo a implantação da colonização que sugira outra alternativa. Não é nosso intuito, porém, explicar o escravismo como resultado da decisão “política” dos colonizadores que, guiados pela consciência dos seus interesses, tivessem tomado a decisão de reviver a escravidão.

O fato de que o sistema colonial não foi senão o escravismo não “disfarçado”, a contrapartida do sistema de assalariado existente no Ocidente europeu, não nos exime, contudo, da discussão a respeito do porquê da inexistência do trabalho livre nas colônias. Teoricamente não fica resolvida a questão apenas com o argumento de que se não houve trabalho livre é porque não poderia ter havido.

Suponhamos a primeira hipótese, que seria a doação de terras, ou sua simples ocupação, por pequenos produtores detentores de meios de produção próprios. Poder-se-ia imaginar que ao longo da história dessa propriedade parcelada viessem a criar-se concentrações e expropriações que reproduzissem o mesmo fenômeno do Ocidente europeu. Agiriam, por assim dizer de forma espontânea, as forças econômicas da sociedade e o processo de acumulação se repetiria monotona-mente em todas as novas regiões. O assalariado seria, como foi na Europa, a forma dominante das relações de trabalho.

A segunda hipótese consistiria na concentração dos meios de produção com exclusão de outras formas. A rigor, esta forma

não excluiria o trabalho livre de assalariados. Resta, contudo, saber em que condições se dariam as relações de assalariamento. É de supor que não seriam favoráveis ao capitalista, pois, tanto no que se refere à oferta de força de trabalho, necessariamente reduzida, dada a inexistência de um mercado de trabalho capitalista preexistente na colônia, quanto pelo fato de que numa sociedade de homens livres o acesso à propriedade não estaria excluído senão economicamente. Nestas condições a remuneração do trabalhador não se determinaria por leis estritamente econômicas. Enfim, os capitalistas não disporiam daquela massa de expropriados, dos proletariados sem eira nem beira, cuja única forma de sobrevivência consistiria em vender sua força de trabalho, pois nada de seu restaria a não ser esta mesma força, seus braços.

Para que o capital pudesse subsistir na colônia, era necessário que reproduzisse nela as condições que o geravam na Europa, e o fizesse como pré-requisito de sua condição de capital, e não simplesmente de qualquer espécie de riqueza. Ao processo de apropriação de todos os meios de produção, inclusive e, principalmente, o solo, com exclusão dos não-capitalistas, denominamos *expropriação prévia*, pois, embora parte integrante do processo geral de acumulação primitiva, a forma de expropriação colonial antes a pressupunha do que efetivamente a continha. Enquanto a acumulação primitiva era o resultado de longa evolução histórica e de desagregação do modo feudal de produção, a expropriação colonial, resultado daquela, foi algo assim como uma inversão da evolução histórica, pois pode usar e abusar dos métodos violentos próprios da acumulação originária, mesmo sem amparos legais de que se serviu, na Europa, o Estado. Em certa medida, a expropriação prévia levada a efeito nas colônias americanas põe a nu os processos pouco idílicos da acumulação primitiva. Nas colônias o capital se desvencilhava da história para criar uma outra história completamente nova, sua história.

Paradoxal e contraditoriamente é o escravismo a base para

o seu surgimento no mundo colonial. É sabido que as relações capitalistas de produção nascem com o trabalho livre e se nutrem dele. Isto só se dá a um determinado nível de desenvolvimento social das forças produtivas quando a maior parte dos produtores, destituída de toda e qualquer riqueza particular, tendo como propriedade apenas seus braços, vende o produto de seu trabalho em troca de sua subsistência. Pré-requisitos deste processo são: 1º, o acesso à propriedade já não se dá naturalmente como resultado do crescimento da família, da tribo, da comunidade, mas, ao contrário, obedece a leis econômicas e, em virtude dessas mesmas leis, o número de proprietários restringe-se progressivamente; 2º, o salário deve corresponder a um *fundo previamente produzido*, mas aparecer na relação social na forma de capital; 3º, a concentração e a apropriação por poucos dos meios de produção não pode apoiar-se apenas no aparato jurídico recém-inventado, mas devem ser fruto das novas tendências econômicas que passam a prevalecer na sociedade.

Todas estas precondições estão, em maior ou menor grau, presentes nos métodos de implantação do sistema colonial. No entanto, o metabolismo social que impede na Europa o acesso aos meios de produção por parte do produtor, e conseqüentemente o obriga a vender sua força de trabalho pelo salário, não se formou ainda nas colônias. A compulsão ao trabalho torna-se, assim, o único modo de obter-se o trabalhador. Se da apropriação dos meios de produção decorre, nas condições coloniais, o caráter compulsório ao trabalho, a forma capitalista que assume essa apropriação determinará a natureza da escravidão colonial.

É desta última que pretendemos tratar a seguir.

§

Pertence a Aristóteles a seguinte afirmação:

“a ciência do senhor consiste no uso que ele faz de seus escravos;

ele é amo, não tanto por possuir servos, porém porque deles se utiliza. . . (*Pol. Cap. II, &23*).

É de Henry Coor a seguinte passagem colhida de depoimento de um feitor da Jamaica, em 1774:

“Consegui para meus patrões uma produção anual de vinte, trinta e quarenta tonéis mais do que meus antecessores; claro que matei trinta a quarenta negros por ano, porém os lucros superaram as perdas”.

O senhor aliou impertubavelmente sua “ciência” à prática do feitor. Esta união se fez com o objetivo de extorquir do escravo o máximo de sobretrabalho, cujo êxito converteu-se na razão mesmo de ser do sistema colonial. O lucro tornou-se o centro do mundo dos escravocratas e urdiu a unanimidade de interesses em torno dos quais construíram sua existência. A “ciência do senhor” de escravos moderno, diferentemente de sua congênere clássica, consistia em estabelecer como medida do “uso” da força de trabalho dos escravos a obtenção de um lucro cuja grandeza deveria avaliar-se pela resistência física do trabalhador. Dissemos “deveria” pois que este jamais foi o critério pelo qual se pautaram os senhores de escravos. O que distingue o senhor de escravos da Antiguidade do moderno escravocrata não é propriamente o grau da ganância. Se é verdade que o papel histórico deste se manifestou na forma da cobiça, da ganância, da mais brutal desumanidade, na falta absoluta de critérios morais no relacionamento com seus escravos, foi simplesmente porque nele se objetivaram leis econômicas, cujo desenvolvimento, determinado pelas crescentes exigências do mercado, tornava-se incontrolável.

Nos séculos XV, XVI e XVII tornaram-se comuns manifestações segundo as quais as relações humanas tinham sido pervertidas pelo império da necessidade. Os homens desses séculos expressaram com extraordinária grandeza, como é caso de Tomas Morus, Shakespeare e Cervantes, a tragédia imensa

que os assaltava quando viram subvertidas as relações entre os homens e as coisas. Das trocas de necessidades realizadas à margem das relações entre os indivíduos, a época moderna passara às trocas como relação dominante entre os homens. Às trocas subordinadas ao uso sucede uma era nova em que as mercadorias são as únicas coisas realmente estimadas. No dizer de João de Barros está impresso o real sentido de toda uma época: “Não há no mundo nada fora de mercadoria”.

O surgimento do mundo colonial coincide com esta reviravolta, ou melhor, nasce dela.

A intensificação da circulação de mercadorias, a concentração cada vez maior das riquezas nas mãos dos comerciantes invertiam, na medida do poder e fortuna destes, a destinação do produto do trabalho alheio, fazendo-o primeiro passar pela troca antes de chegar ao uso. Embora podendo reter imensas riquezas, armazenando-as, ou convertendo-as em moeda, nesta fase o capital subordina-se ainda ao ritmo dos modos de produção pré-capitalistas. Na verdade ele os estimula.

A um certo estágio do seu desenvolvimento, contudo, o capital mercantil tem necessidade de intervir na produção. No caso de Portugal ela se faz sentir muito cedo. Na metade do século XVI já estão maduras as condições para que o capital mercantil se imiscua na produção. As relações de produção metropolitanas não deixavam grande margem à sua ação. Dentro do território nacional português, a aristocracia dividia o poder com a burguesia mercantil, gerando uma conciliação que impedia a revolução no campo e o desabrochar de relações capitalistas de produção. Entretanto, a burguesia tinha as mãos livres para agir fora de Portugal. O mundo colonial seria seu campo de ação. Neste espaço econômico a burguesia estaria livre das interferências políticas e sociais das outras classes existentes no território metropolitano.

Para entender-se corretamente o caráter da colonização implantada em território brasileiro é necessário, antes de tudo, considerar que o modo de se obter a riqueza da exploração do

trabalho escravo vinculava-a muito mais ao comércio mundial, ao nascente mercado capitalista, do que propriamente ao restrito mercado metropolitano português. A burguesia mercantil portuguesa tornou-se, assim, agente da circulação mundial de mercadorias em escala dada não só pelas necessidades já existentes, mas, sobretudo, por aquelas que se criavam em consequência das transformações estruturais das sociedades européias. Este é, a nosso ver, o ponto de partida para se entender a verdadeira essência do escravismo “injetado” nas relações sociais de produção surgidas da desintegração da sociedade feudal.

Apenas para retomar o fio de um raciocínio anterior com o qual se liga a argumentação que vamos desenvolver, lembremos o fato de que o Estado português provera a burguesia com os pré-requisitos indispensáveis ao estabelecimento do seu negócio colonial. O mais importante deles foi, sem dúvida, a concentração fundiária e sua destinação produtiva insistente e invariavelmente lembrada nas doações das *sesmarias*.

Muitos historiadores acentuaram o caráter latifundista, ou seja, improdutivo, dessas doações, impressionados pela extensão territorial delas. Nada mais equivocado do que tomar este aspecto como resultado de uma distribuição feudal da propriedade. Tratava-se, antes, de implantar o monopólio da terra objetivando, primeiro, uma produção em larga escala com previsão de aumentos sucessivos, e, segundo, excluir qualquer outra forma de propriedade concorrente e que atuasse como pólo de atração para a força de trabalho. É, portanto, impróprio denominar esta apropriação de improdutiva, pois ela era a forma social mais apropriada de *aproveitar e povoar a terra*, ou seja, de lhe imprimir um objetivo puramente econômico. Esta criação, por assim dizer artificial, é não só pré-condição mas resultado da escravidão. Nos dizeres de Gabriel Soares de Souza,

“Além desta razão estão os reis informados que se não pode sustentar este Estado do Brasil sem haver nele muitos escravos do gentio da terra para se grangearem os engenhos, e fazendas dela, porque sem este favor despovoar-se-á. . .”

Nas condições preexistentes e criadas nos territórios recém-descobertos, a escravidão era o mais novo rebento da civilização moderna.

Quais são os critérios para se atribuir ao escravismo colonial caráter capitalista?

Partamos da proposição atualmente admitida de que o trabalho escravo era utilizado com o exclusivo objetivo de criar riquezas em forma de mercadorias de grande aceitação e circulação num mercado de dimensões intercontinentais. Temos aí enunciados dois aspectos fundamentais da questão, sendo o primeiro *a produção de riquezas em forma de mercadoria* e o segundo *o caráter mundial do mercado*. Contudo, não são suficientes para definir relações capitalistas de produção.

O que é afinal este *mercado mundial*? Primeiro expliquemos o significado de “mundial”, neste caso particular. Neste sentido opõe-se a local, regional. Trata-se de um modo de trocar os produtos do trabalho não como utilidades, como coisas destinadas ao consumo direto do produtor, mas indiretamente, como mercadoria. A troca deixa de ser uma relação direta entre produtores e se transforma numa intermediação entre eles. Surge a figura do mercador como agente social independente dos produtores e só indiretamente ligado ao consumo. Seu raio de ação ignora as barreiras nacionais, regionais, estendendo-se a todos os rincões onde se produzam riquezas.

O que foi esta verdadeira “aventura” do capital mercantil, empenhado em destruir todas as barreiras que se lhe antepunham, está excelentemente registrado por alguns autores dos séculos XVII e XVIII. O excelente teórico da burguesia mercantil que foi Barléu deixou-nos verdadeiro tratado sobre o funcionamento do capital mercantil e sua necessidade imperiosa de expandir-se. Ele expõe esta característica não só como natural mas como resultado irreprimível da procura do lucro:

“Fomos para onde nos chamava o direito natural e o das gentes e a carência mútua de produtos, porquanto o ganho é poderoso incentivo para se tentarem os mais arrojados cometimentos”.

Não lhe faltou a consciência clara de que o império do dinheiro é bem mais vasto do que o reino dos homens:

“Os tesouros e o dinheiro da Companhia, força e nervo do comércio, já em localidades do litoral, já do interior, ocupam agentes, instidores e contabilistas, para que o Oriente inteiro, dominado pelo tráfico dos nossos patrícios, se desenvolva com os capitais dos holandeses e se enriqueça com os seus negócios. E assim, *fundando colônias, já não seremos tidos por estrangeiros, mas por nacionais*” (Grifo nosso).

Num mundo que se rege pela abundância de riquezas concentradas nas mãos dos mercadores e pela vantagem que estes tiram em fazer circulá-las por todas as partes, mesmo as mais longínquas, as fronteiras da nação não são senão aquelas situadas fora do alcance do capital:

“Grande e invejável conquista foi que uma sociedade particular de comerciantes haja sujeitado ao seu poder vastíssimas regiões do Oriente; que ali dependam da sua vontade os cabedais de tantos indivíduos; que cause ela as alegrias e as tristezas dos povos; que tire a coroa aos reis e a coloque na cabeça de outros; que, sob o seu império, cresçam umas nações e caiam outras; que a umas se conceda a liberdade, e a outras se arrebate ou cerceie”.

Barléu expedia essas idéias em 1647. Elas já nos permitem captar a significação da reviravolta que a mercadoria produz nos valores tradicionais. Compreendendo, de maneira profunda, a função da mercadoria e do dinheiro, o italiano Montanari, escrevendo em 1683, deixou um retrato precioso da época:

“A ligação dos povos entre si se estende a tal ponto sobre o globo terrestre que se pode dizer que o mundo inteiro se tornou uma única cidade onde se celebra uma perpétua feira de todas as mercadorias e em que qualquer pessoa, mediante dinheiro em sua casa, pode se suprir e desfrutar de tudo o que produzem a terra, os animais e o esforço humano. Uma invenção maravilhosa”.

Quando o mercado local se tornou acanhado para conter tanto o crescimento das trocas quanto sua diversificação, o

crescimento das forças produtivas converteu-se no meio de se extorquir um excedente maior das classes trabalhadoras, a riqueza móvel, tendo como seu centro de irradiação a cidade, passou a predominar.

O sistema colonial descende em linha direta do capital mercantil quando este se expande por todos os continentes. A fase de pujança dessa forma moderna do capital abrange os séculos XV e XVI, sendo que no final deste ele já apresenta sinais de declínio, acentuados na metade do século seguinte quando a disputa colonial torna-se mais acirrada, revelando as fraquezas do mercantilismo configuradas na decadência de Portugal e Espanha. Na medida mesma em que as riquezas coloniais acumuladas nas mãos dos mercadores, ou dilapidadas improdutivamente pela aristocracia e pelo Estado português, assim como pelo espanhol, não se fizeram acompanhar da necessária revolução social nesses países, o pólo de atração delas foi menos a Península Ibérica do que aqueles países onde ela não só se deu, como no caso da Inglaterra, encontrava-se em acelerado processo de desenvolvimento. Esta tendência se foi afirmando no decorrer do século XVII. Progressivamente, o capital mercantil originário daqueles países tornava-se tributário da Inglaterra, da França e da Holanda. As transformações sociais que se verificaram, em maior escala na Inglaterra do que nos outros dois países, constituíram-se em atração natural para as riquezas produzidas nas colônias. As vinculações políticas entre as colônias americanas e as metrópoles ibéricas não dão a medida exata de todas as ligações econômicas e suas complexas implicações.

Adam Smith detectou na incapacidade de Portugal e Espanha, de se transformarem internamente, as causas de sua decadência. Referindo-se precisamente ao comércio desses países com suas colônias, o fundador da economia política afirma:

“Esse comércio não fez porém surgir nesses países grandes manufaturas, fabricando produtos para venda em regiões distantes, e a maior parte de ambos continua por cultivar. Ora, o comércio

externo de Portugal é mais antigo do que o de qualquer outro país da Europa, à exceção do da Itália”.

“O capital adquirido por qualquer país através do desenvolvimento do comércio e das manufaturas é sempre porém de conservação precária e incerta, enquanto uma parte dele não for investida no cultivo e no melhoramento das terras desse país”.

Assinalamos anteriormente que a implantação do sistema colonial esteve ligada ao crescimento do mercado. Dissemos, ainda, que o escravismo instituído nas colônias atendia aos fins da produção de mercadorias. Foi, também, avançada a idéia segundo a qual o sistema colonial era, ao surgir, a contrapartida, nas colônias, de certo estágio de desenvolvimento de relações capitalistas na Europa.

Temos aí indicados os pontos essenciais para prosseguirmos na investigação do caráter que assumiu o escravismo nas colônias americanas, com especial consideração para o Brasil.

Não é suficiente afirmar serem os trabalhadores escravos produtores de mercadorias para se caracterizar como capitalista a escravidão colonial. É necessário ir mais além para se conhecer as formas sociais da produção.

Qual a questão fundamental que se colocou para os colonizadores? Não parece ter sido outra senão a necessidade de produzir mercadorias em larga escala com meio de produção altamente concentrados. Não havia lugar quer para pequenos produtores quer para pequenos capitalistas, pois a empresa exigia um alto grau de concentração já que se tratava de implantar todas as condições de funcionamento sem contar, na colônia, com qualquer tipo de *trabalho anterior*. Este tinha que ser importado, já cristalizado e concentrado, na forma de *capital*, portanto, o que pressupunha certa acumulação prévia. Não encontramos outra razão para que Antonil inicie *Cultura e Opulência* como o capital (*Do cabedal que há de ter o senhor de um engenho real*) senão aquela que faça anteceder a implantação da colonização de uma prévia concentração do trabalho social na

forma de capital. O próprio trabalho aparecia nessa relação como capital que o capitalista devia desembolsar para dispor do escravo. A rigor, o valor do escravo não é senão o cômputo do trabalho necessário para capturá-lo na África, realizar a travessia oceânica e pô-lo no mercado de trabalho, acrescentado do dispêndio de capital — alimentação, instalações portuárias, navios, pessoal, etc.

Para responder à questão acima formulada, acrescentaremos que, como agentes do capital, aos colonizadores não restava outro objetivo senão “fazer, conservar e aumentar fazenda”. Nesta fórmula, a mais sintética e genial de quantas o mundo dos escravocratas forjou, acrescida da que a precede — “os escravos são as mãos e os pés do senhor de engenho” —, tem-se a mais precisa e completa definição do que foi a colonização.

Munidos, agora, dos conceitos direta ou indiretamente fornecidos por Antonil, podemos concluir ter sido a colonização um sistema sócio-econômico regido pelas leis da acumulação capitalista, embora formalmente baseado no trabalho escravo. Isto significa que tal sistema foi organizado com o objetivo precípua de obter o máximo de sobretrabalho ou mais-valia. Nossa afirmação anterior sobre o objetivo dos colonizadores centrado na produção de mercadorias em larga escala deve ser tomada com reservas, pois esta necessidade não é senão a forma de materialização da mais-valia, que é a verdadeira essência da colonização. Aliás, embora condição da acumulação, o grande volume de mercadorias torna contraditória a realização do lucro.

Talvez seja necessário lembrar a esta altura não se tratarem de abstrações lógicas as conclusões aqui apresentadas. Formalmente, elas se apresentam como ponto de partida, como resultado, mas enquanto concreto histórico são o ponto de chegada.

As principais categorias que servem de fundamento teórico a estas reflexões sobre o sistema colonial nos foram sugeridas ou fornecidas basicamente por Benci, Antonil, Manuel Ribeiro Rocha, Vilhena e Azeredo Coutinho. Há também importantíssimos documentos dos quais se podem inferir, sem grandes dificuldades, conceitos essenciais, ou conceituações aproxima-

tivas, para a elaboração de uma análise científica do fenômeno colonial moderno.

Detenhamo-nos um pouco nesta questão. Como é possível que categorias como *capital, sobretrabalho, lucro, colônia, metrópole, escravidão, colonização, trabalho necessário e excedente*, e outras de real importância tenham sido reveladas, com excepcional riqueza de conteúdo, pelos mencionados autores e muitos outros?

Excluídas as qualidades individuais próprias de cada um desses autores, às quais não atribuímos grande relevância para entender este fenômeno de identificação da realidade pela consciência, procuremos descobrir-lhe as verdadeiras causas.

Poremos em evidência a categoria *sobretrabalho* que nos parece ser não só a de caráter mais geral mas aquela que dá conta da essência mesma do sistema colonial. Existem pelo menos três razões fundamentais que explicam porque a referida categoria encontra-se, quer implícita, quer explicitamente, no centro das preocupações e das interpretações dos autores contemporâneos. A primeira explica-se pela posição de classe que assumem, comprometidos, em maior ou menor grau, com a visão capitalista da obtenção do lucro em escala sempre maior. Impõe-se aqui esclarecer que as relações escravistas, ao contrário das relações de assalariamento, são bastante transparentes e revelam-se ao observador imediatamente e sem grandes dificuldades. Na medida em que o escravo não é remunerado com um salário — sua remuneração não tem vínculos jurídicos —, parece como se ele não recebesse nenhuma parte do produto de seu trabalho, pertencendo todo ele ao seu proprietário. É esta aparência que leva Benci de um lado a caracterizar erroneamente a relação econômica, mas, de outro, a nos permitir inferir tratar-se de relação marcada pelo signo da diferença entre o produto total do trabalho e o trabalho necessário à sobrevivência do escravo, sendo que ao senhor não cabia outra tarefa senão a de procurar aumentar a diferença a seu favor, portanto o *excedente*. Vejamos como Benci aborda a questão:

“como o servo, por dever a seu senhor todas as obras de seu serviço, o não possa grangear para si, obriga a que lhe dê o mesmo senhor”. “E mais quando o escravo (ainda com ser incapaz de todo o domínio, porque tudo o que adquire, adquire para seu senhor) tem rigoroso, direito para haver do senhor o sustento do que trabalha, como coisa própria e sua”.

Na mesma linha de raciocínio do autor de *Economia Cristã*, argumenta Manuel Ribeiro Rocha em seu *Ethiopo Resgatado*:

“Tudo isto muito mais quer que seja o triste escravo; mas que ao mesmo passo, em que for tudo para ele (*o senhor*), para si seja sempre nada; nada para o descanso, tudo para o trabalho; e do trabalho, nada para os misteres e uso próprio, tudo para os lucros e interesse alheio”.

É necessário observar, antes de prosseguirmos, que o fato de autores como Benci e Manuel Ribeiro Rocha assumirem a ideologia da burguesia em ascensão não excluía a crítica à *forma* como se obtinham os lucros, sobretudo à expressão disso na oposição radical que a sociedade dos escravocratas criou entre o trabalho “para os misteres e uso próprio” e o trabalho “para os lucros e interesse alheio”.

Consideramos Antonil um dos teóricos mais autêntico da visão capitalista colonial. Ele se faz intérprete dos desejos e interesses da burguesia nascente. A revelação do mecanismo de exploração faz parte, nesta fase de ascensão das relações capitalistas de produção, do processo de tomada de consciência da classe cuja ação é decisiva para o desenvolvimento das forças produtivas sociais.

A segunda razão: por que a categoria “sobretabalho” sobrelva a outras decorre de uma visão moral das relações sociais entre senhores e escravos. Benci, Manuel R. Rocha e Vilhena, entre outros, são representantes desta posição.

A terceira distingue-se da primeira, entre outras razões, porque ambas correspondem a épocas distintas. Enquanto a posição de Antonil coincide com a fase em que a escravidão

está historicamente justificada, a de Azeredo Coutinho está marcada pela crítica, que, retirando sua moral da objetividade histórica e não de numa ética anterior, põe em causa o modo escravista de obtenção do lucro. Ao fazer a defesa intransigente deste modo, Azeredo Coutinho põe em relevo a necessidade da escravidão, que identifica com a existência da colônia, para obter-se um “supérfluo” (sobretabalho), que é a base de apóio de um comércio vantajoso dos países que possuem colônias.

Consideradas unitariamente, essas três razões constituem o critério mais seguro para se alcançar a essência das relações sociais de produção que dominaram o Novo Mundo durante séculos.

§

A produção da miséria mais brutal de uma classe como condição da criação da riqueza de outra parece ter sido a impressão mais chocante provocada pela escravidão mesmo sobre aqueles que, como Antonil e Azeredo Coutinho, não tinham em mente acentuar tal aspecto. É forçoso concluir, sobretudo da leitura daquelas produções literárias da fase colonial que trataram do escravo, da agricultura, do trabalho, das minas, das atividades econômicas em geral, enfim da sociedade e da economia, que o tão cobiçado lucro não tinha outra origem senão no trabalho do escravo.

O que mais impressionou os contemporâneos da escravidão foram os traços visíveis da exploração do escravo. Os mais atrozes castigos, as torturas mais infamantes, a fome permanente, a miséria mais abjeta, a doença como estado normal feriram a sensibilidade mesmo dos escravistas mais empedernidos, como Azeredo Coutinho. Tanto os autores contemporâneos, principalmente os dos séculos XVII e XVIII, quanto a historiografia moderna, desde Varnhagen, deixaram-se impressionar profundamente com a violência sempre presente em toda a vida do escravo. Existe, não obstante, uma diferença básica

entre aqueles e esta. Enquanto aqueles levaram às últimas conseqüências suas observações a respeito das relações entre senhores e escravos, deixando-nos a porta aberta pela qual podíamos chegar às causas da violência sistemática e ao conhecimento científico da sociedade, os herdeiros de Varnhagem iam-nos conduzindo para terrenos muito pouco sólidos, onde pouco a pouco a própria escravidão transformou-se em simples alusão e as relações entre senhores e escravos passaram a se fazer sob o signo da conciliação, apenas perturbada pelos “abusos” e pelo “sadismo” de “alguns senhores”.

Considerando que Benci, Antonil, Vilhena, Vieira, Manuel R. Rocha e mesmo Azeredo Coutinho e tantos outros nos abriram o caminho para que pudéssemos entender que a violência era não só o sustentáculo da escravidão como a condição necessária para garantir a lucratividade dos investimentos nas condições do mercado mundial, não se pode concluir da leitura da historiografia moderna brasileira senão que ela enveredou pelas sendas da mais vulgar mistificação de nossa história.

Iniciamos esta introdução apontando a contradição máxima do escravismo colonial que consistia em resolver a seguinte equação: como conservar o capital se a forma de fazê-lo, que não é senão aumentá-lo, conduz à destruição da parte mais importante dele, o escravo, responsável pela sua reprodução.

Vimos, pelo depoimento do feitor da Jamaica, mais acima citado, que a contradição era mais aparente do que real, pois desde que os *lucros superassem as perdas de escravos* ficava garantida a racionalidade do sistema. Os práticos desígnios da “ciência do senhor” resolveram a contradição, pois a morte do escravo, que muitos consideraram perda da propriedade do senhor, era a vida do capital. Na visão moral de Benci a contradição não se resolve:

“Dizei-me, senhores (com quem agora falarei), dizei-me: acabastes de entender que a vida de um cativo é tão cheia de penalidades e tormentos, que mais é morte que vida?”

“Já dissemos, e já me confessais, que o estado do cativo é mais morte que vida”.

Cairnes entende a questão de maneira diferente:

“Os campos de arroz da Geórgia e os pântanos do Mississipi podem exercer fatalmente sua ação destruidora sobre a constituição humana, mas, esse desperdício de vida humana não é tão grande que não possa ser reparado pelas criações de população negra, de Virgínia e Kentucky. Considerações econômicas, identificando o interesse do senhor com a preservação do escravo, poderiam assegurar a este um tratamento humano, todavia, com o funcionamento do tráfico negro, elas mudam de sentido: o que passa a interessar é apenas extrair o máximo de trabalho do escravo, pois a duração de sua vida é menos importante que sua produtividade quando pode ser substituído por outro escravo importado das zonas negras. É, por isso, máxime nos países escravistas que importam escravos, que a economia mais eficaz consiste em extrair de gado humano a maior quantidade possível de trabalho no menor tempo possível. A vida dos negros é sacrificada da maneira mais impiedosa justamente nos trópicos onde os lucros anuais frequentemente igualam todo o capital das plantações. A agricultura das Índias Ocidentais, há séculos fonte de riquezas fabulosas, tem sacrificado milhões da raça africana. É em Cuba, cujas rendas se contam por milhões e cujos senhores de engenho são verdadeiros nababos, que atualmente vemos a classe dos escravos ser mais maltratada, alimentada da maneira mais grosseira, sujeita aos trabalhos mais penosos, mais esgotantes, sem interrupções, sendo parte dela diretamente destruída cada ano pela tortura lenta da estafa e da privação do sono e do repouso” (*Slave Power*, citado por Marx).

Do que foi dito infere-se que as relações senhor-escravo regiam-se por leis essencialmente econômicas. Tanto no passado quanto no presente, os que não entenderam a essência do funcionamento dessas leis estão à procura de saídas ou explicações reformistas para o escravismo. Se o reformismo de ontem ainda possuía bases reais para se apoiar, o de hoje é puro idealismo.

Somente leis econômicas agindo independentemente da vontade dos homens, porém entendidas como o móvel de suas ações, podem explicar a distinção entre o tratamento dispensado aos animais e aquele infligido aos escravos.

Consideremos apenas um aspecto dessa questão. De que critério lançaria mão o senhor para julgar certa “falta” do escravo? Sendo a vida do escravo exclusivamente tempo de trabalho, qualquer ação dele deveria ser estimada com base neste princípio. Ora, sendo seu tempo de trabalho voltado unicamente para a realização do lucro do senhor, qualquer “falta” do escravo era considerada prejudicial e altamente perigosa pois punha em risco a existência mesma dos pilares da sociedade. Não surpreende, portanto, que a mais leve “falta” fosse castigada com toda a severidade possível. A ferocidade da violência frequentemente perpetrada na pessoa do escravo foi considerada por Benci e muitos outros como o máximo de irracionalidade, sobretudo quando redundava na eliminação física do trabalhador. Os que assim pensavam não se pautavam pela razão do senhor. Benci considerava-a, antes, uma “sem-razão”.

No momento em que aparecem *Economia Cristã e Cultura e Opulência* dos jesuítas G. Benci e Antonil está em gestação acelerada uma sociedade onde as relações entre os indivíduos tornam-se cada vez mais mercantilizadas. Estão em desintegração os princípios morais das velhas sociedades que, embora tendo como espírito a propriedade, só se efetivam economicamente através das tradições, dos costumes, da religião ou da política. Os novos princípios, tendentes a se transformarem em código de ética, vão se inspirar na mercantilização generalizada das sociedades modernas. A imagem do novo homem aparece agora decomposta no código de ética ao ser refletida pela mercadoria, que é o prisma da nova sociedade. O “direito das gentes” converte-se em prerrogativa dos possuidores de mercadorias. Estima-se o homem pelo valor do seu capital:

“O ser senhor de engenho é título a que muitos aspiram, porque

traz consigo o ser servido, obedecido e respeitado de muitos. E se for, qual deve ser, homem de cabedal e governo, bem se pode estimar no Brasil o ser senhor de engenho, quanto proporcionadamente se estimam os títulos entre os fidalgos do Reino”.

Enquanto Antonil se faz intérprete da ética mercantil e exalta o “homem de cabedal e governo”, Benci volta-se para épocas passadas e toma como paradigma a sociedade patriarcal escravista da Antiguidade.

§

Benci ou a “consciência infeliz” do escravismo

Possivelmente, não existe melhor introdução à *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos* do que o capítulo VIII do *Capital (A jornada de trabalho)*, pois sendo a explosão de uma consciência inconformada com a violência do escravismo, o livro de Benci ganha em nossos dias a força de um libelo contra as atrocidades do sistema capitalista.

Benci não tem o propósito deliberado de condenar o escravismo. A condenação que faz é, antes, consequência da lógica perigosa que consiste em revelar corajosamente a real condição do escravo. Mais do que qualquer outra coisa, Benci põe-se como objetivo propor medidas e normas para reformar o estatuto escravista.

“E para atalhar estas culpas e ofensas, que cometem contra Deus os senhores, que não usam do domínio e senhorio que tem sobre os escravos, com a moderação que pede a razão e a piedade Cristã: tomei por assunto, e por empresa dar à luz esta obra, a que chamo *Economia Cristã*: isto é, regra, norma modelo, por onde se devem governar os senhores Cristãos para satisfazerem às obrigações de verdadeiros senhores”.

Entre esta proposição de boa vontade e o quadro trágico que

apresenta do escravo existe um fosso intransponível que Benci pretende cobrir, pondo como alternativa diante dos senhores de escravos a escravidão patriarcal da Antiguidade. O resultado deste confronto é a revelação do caráter irreformável desta tragédia que foi a escravidão moderna.

A pretensão do autor de *Economia Cristã* de estabelecer um código de ética baseado na razão esbarra com uma outra razão, não tão pura quanto a que propõe nem tão razoável. Percebe que o modelo de sociedade por ele propugnado encontra-se subvertido e que a razão e a natureza humanas foram *invertidas* e *pervertidas*. É admirável a sua conclusão de que a vida do escravo, que não é senão tempo de trabalho, não é distinta da morte. Benci entende que o *trabalho em excesso* é a causa da miséria do escravo e embora deduza que a propriedade do senhor se origina da alienação do produto do trabalho do escravo, nem sempre, ou melhor, raramente, tira desta constatação as necessárias conseqüências.

Em seu afã reformista Benci parece recusar-se a ver que a “sem-razão” da tirania do senhor exercida sobre o escravo não é senão a expressão da mercantilização das relações sociais. Movendo-se dentro de contradições insolúveis, Benci chega a estabelecer as antinomias fundamentais da sociedade escravista. Ao perceber que sendo “tudo”, o escravo não é “nada” ele capta a tragédia de uma civilização em que quanto mais riquezas se produz mais miserável se torna quem as cria.

O *trabalho excedente* é o ponto fundamental da convergência ou da discordância sobre o caráter da escravidão colonial. A ele chegaram, pelas mais diferentes vias Benci, Antonil, Vilhena e Azeredo Coutinho, entre outros.

Benci começa e termina sua obra tratando precisamente da relação entre *trabalho necessário* e *trabalho excedente*. De uma posição inicial de fundo moral, vai progressivamente evoluindo até definir, com precisão que o *lucro* advem do “excesso do trabalho”, o qual se corporifica de um lado como propriedade do senhor e, de outro, com a miséria do escravo.

Adquirem significação precisa, no decorrer da discussão sobre a condição real da vida e trabalho do escravo, as categorias tanto definidoras como diferenciadoras da escravidão moderna. “Tempo” e “medida” ocupam longo trecho da argumentação inicial de *Economia Cristã*, onde se pretende que o “tempo suficiente”, ou “tempo conveniente” para o sustento do escravo subordine o “excesso do trabalho”. Na verdade, Benci pretendia inverter a prática escravista onde o “excesso do trabalho” subordinara a subsistência do escravo.

Benci identifica o processo de intensificação do trabalho com a destruição da “razão” (*sem-razão*), da “justiça” e do “homem”. A trama escravista é para ele verdadeira tragédia, cuja solução não vislumbra. Em certo sentido o reformismo de Benci já está condenado pela história: Sua utopia é reacionária, pois volta-se para o passado e o idealiza.

A leitura de *Economia Cristã* parece mostrar-nos a impotência da consciência para resolver questões práticas cujo desenvolvimento apenas se inicia. A consciência que se recusa a assumir todas as implicações decorrentes da adesão a uma classe estará irremediavelmente *cindida*. Terá que percorrer todas as etapas da *consciência infeliz* até que as questões práticas se objetivem, ou melhor, se tornem independentes da consciência, para poder enfrentá-las em sua existência real. Estará, então, concluída a fase histórica da “consciência cindida”. Estará, igualmente, encerrada a fase em que o sistema hegeliano podia fazer-se intérprete da história. Consciência e história fundem-se, agora, na prática, ou melhor, na *praxis*.

“O trabalho é contínuo, a lida sem sossego, o descanso inquieto e assustado, o alívio pouco e quase nenhum; quando se descuida, teme; quando falta, receia; quando não pode, violenta-se, e tira da fraqueza forças. Já o vereis em uma parte, já em outra, já nesta ocupação, já naquela, ei-lo com o machado nas matas, ei-lo com a enxada nas lavouras, ei-lo nas moendas moendo-se, ei-lo abraçando-se nas fornalhas” (Benci)

“A produção capitalista, que essencialmente é produção de mais-valia, absorção de trabalho excedente, ao prolongar o dia de trabalho, não causa apenas a atrofia da força humana de trabalho, à qual rouba suas condições normais, morais e físicas de atividade e de desenvolvimento. Ela ocasiona o esgotamento prematuro e a morte da própria força de trabalho. Aumenta o tempo de produção do trabalhador num período determinado, encurtando a duração da sua vida” (Marx).

PEDRO DE ALCÂNTARA FIGUEIRA

CLAUDINEI M. M. MENDES

Assis, 13 de janeiro de 1977